

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE MARÇO DE 2018

NÚMERO 7.244

MESA

Aldo Schneider
PRESIDENTE

Silvio Dreveck
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: : Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

BLOCO PARLAMENTAR PP, PR, PSB, PODEMOS

Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Manoel Mota
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Manoel Mota
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Valmir Comin
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Marcos Vieira
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Dalmo Claro
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 005ª Sessão Especial realizada em 05/03/2018..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 7 Atos da Mesa DL..... 7</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Publicação..... 8 Atas de Comissões Permanentes..... 8 Extrato..... 9 Ofício 10 Portarias..... 10 Projetos de Lei 12</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2018, EM HOMENAGEM À CAMPANHA DA FRATERNIDADE, “FRATERNIDADE E A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA” PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Agradeço a participação do deputado Padre Pedro Baldissera, junto à mesa, proponente da sessão.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, doutor Onofre José Carvalho Agostini, neste ato representando o excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça, doutor Sandro José Neis;

Excelentíssimo reverendíssimo presidente da CNBB Sul 4, e bispo da Diocese de Tubarão, Dom João Francisco Salm;

Senhora secretária estadual da Pastoral da Juventude, Maristela de Oliveira;

Senhora membro da Comissão Pró Comitê de Combate a Tortura, pelo Coletivo Memória, Verdade e Justiça, a psicóloga Yara Maria Moreira de Faria Hornke;

Senhora coordenadora arquidiocesana da Pastoral da Pessoa Idosa, Osvaldina Zucco Weber.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial, foi convocada por solicitação do senhor deputado Padre Pedro Baldissera e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem a Campanha da Fraternidade, cujo tema é: Fraternidade e Superação da Violência.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos ainda com muita satisfação a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck;

Reverendíssimo pároco e cúria da Catedral de Florianópolis, Padre David Antônio Coelho;

Senhor coordenador da Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Elson Pereira;

Senhor vereador do município de Itajaí, Beto Cunha;

Senhora presidente da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares, Graziela Cristina Luiz Damascena Gabriel;

Senhora assessora executiva da Conferência dos Religiosos do Brasil, Irmã Maria Arone Rauen, neste ato representando o senhor presidente Irmão Plácio Bohn;

Senhor presidente da Associação da Saúde, Gasparino Martinho Rodrigues;

Senhor presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, Marcos Pinar;

Reverendíssimo capelão imperial do Hospital de Caridade, Padre Pedro José Koehler;

Reverendíssimo capelão militar, tenente-coronel Valdemar Groh;

Senhor coordenador estadual do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Daniel Paz dos Santos;

Senhor representante do Movimento Nacional dos Catadores de Antônio Carlos, Adilson Moré de Farias;

Senhor assessor parlamentar Luiz Modesto, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor deputado Cesar Valduga;

Senhora coordenadora do Unegro da Grande Florianópolis, Jussara Lima;

Senhor assessor parlamentar Marcel Salomon, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo deputado Dirceu Dresch;

Senhora presidente do Conselho de Renovação Carismática Católica, Thais Juliane Furquim;

Senhor coordenador estadual da Cáritas Brasileira, Gelson Nezi;

Senhor coordenador do Departamento de Aposentados, Rubens de Campos Trovão, neste ato representando a presidente da Associação Catarinense de Professores, Maria de Andrade e Silva;

Senhor chefe de gabinete Marcel Schmitz Gutíá, neste ato representando o gabinete do deputado estadual Neodi Saretta;

Senhora assessora da Saúde e Competitividade, Sílvia Bruseke, neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, doutor Glauco José Corte.

A seguir convido para fazer uso da palavra, o excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Senhor presidente, deputado Silvio Dreveck, hoje representando o Poder Legislativo, o qual cumprimento, excelentíssimo senhor procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, doutor José Onofre Carvalho Agostini, neste ato representando o excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça, doutor Sandro José Neis; excelentíssimo e reverendíssimo presidente da CNBB Sul 4, da Diocese de Tubarão, Dom João Francisco Salm; senhora secretária estadual da Pastoral da Juventude, a Maristela de Oliveira; senhora membro da Comissão Pró Comitê de Combate a Tortura, pelo Coletivo Memória Verdade e Justiça, psicóloga Yara Maria Moreira; senhora coordenadora arquiocesana da Pastoral da Pessoa Idosa, Osvaldina Zucco Weber.

Saúdo todos os bispos, o arcebispo Dom Wilson, os padres, os religiosos, as religiosas, as organizações, através de suas lideranças de todas as pastorais da Igreja do Regional Sul 4 de Santa Catarina. Também saudar de maneira muito especial todos vocês leigos, que no presente ano intitulado como o Ano do Laicato, que está na base e na raiz do enfrentamento a toda e qualquer tipo de violência que está presente no seio da sociedade.

E inspirados no sermão da montanha, e mais propriamente em Mateus, no seu capítulo 13, versículo 14, onde nos coloca como sal da terra e luz do mundo, todos nós somos desafiados a fazer este enfrentamento e acredito pessoalmente, se nós leigos assumirmos o nosso papel como cristãos e cristãs, ajudaremos a amenizar todo e qualquer tipo de violência que está alicerçada no seio da sociedade. *[Degravação: Taquígrafa Ana Maria]*

Portanto, nada melhor do que trazer presente à temática da campanha da fraternidade dentro do ano que é dedicado ao

Laicato, essa grande e importante preocupação que a igreja no Brasil traz.

Em 1982, o antropólogo Darci Ribeiro disse: "Se os governadores não construírem escolas em 20 anos, faltará dinheiro para construir presídios". O único erro na frase é o prazo, porque não levou 20 anos, já entre a década de 80 e 90 a violência explodiu em todo território nacional.

A CNBB foi muito oportuna em escolher o ano de 2018 a superação da violência como tema da Campanha da Fraternidade, isso porque a violência e o ódio ganharam fermento nos últimos anos e avançam não só na vida real, como também no ambiente virtual.

A questão que coloco aqui trata de qual modelo de país nós queremos. E a pergunta que fica a partir das decisões que tomamos no Brasil é esta: Alimentamos um estado de bem estar social ou um estado policial e penal? Este é o questionamento que colocamos por detrás de tudo isto, alimentamos um estado de bem estar social ou um estado policial e penal.

Com 3% da população mundial, o Brasil responde por 13% dos assassinatos no planeta, e a grande maioria formada por jovens, negros e pobres. Somos também um dos países que mais fere e mata mulheres, temos ainda um histórico de agressões a povos originários, e acompanhamos cotidianamente a criminalização de refugiados que buscam aqui a vida que lhes foi negada em seus países de origem.

Em 2005, tivemos no Brasil 48 mil assassinatos, em 2015, 58 mil assassinatos. São mais homicídios do que os ocorridos em 52 países listados na América do Norte, Europa e Ásia juntos. A Europa inteira, com 743 milhões de pessoas, o triplo da população brasileira teve 22 mil assassinatos em 2015, nós tivemos o triplo no mesmo período.

Todas estas questões, na minha visão, encontram-se interligadas por dois pontos comuns, ausência do estado quando se trata de garantir educação e saúde, por exemplo, a sua presença quando se trata de apertar o gatilho do aparato repressor.

Nesta guerra, infelizmente a vida não vale nada, o que vemos no Rio de Janeiro são famílias e mais famílias dilaceradas pela violência nas comunidades pobres, inclusive, famílias de policiais, foram mais de 100 policiais mortos ao longo de 2017. As múltiplas formas de violência têm também inúmeras causas, mas uma questão fica clara, desigualdade social extrema e violência andam juntas.

A pesquisa, sobre a Formação de Jovens Violentos, e estudos sobre a Etiologia da Violência Extrema, por exemplo, aponta um ponto comum entre jovens com histórico de violência é a evasão escolar. A imensa maioria saiu da escola antes de completar o ensino fundamental. E qual a resposta do estado brasileiro a esta situação? Ela veio na forma da emenda constitucional que congela por 20 anos gastos em educação, saúde e políticas sociais, por outro lado, amplia em mais de 400% os gastos com segurança pública nos últimos dez anos.

Não gastamos recursos para garantir saúde, educação, bem estar e uma cultura de paz, por outro lado, investimos na violência. É essa a questão que coloquei no início da minha

fala, o estado social é substituído por um estado penal e policial.

É claro que é fundamental investir em segurança pública, instrumentalizar os policiais, garantir sua integridade física e melhorar cotidianamente a formação dos nossos e das nossas policiais, isso é primordial, é importantíssimo. Mas o que vemos é que esta política de atacar as conseqüências não nos levou a lugar nenhum. Continuamos vendo a população de trabalhadores e trabalhadoras da segurança morrendo diariamente.

A família, a escola, a comunidade, a igreja, os poderes públicos, é urgente que nos unirmos em clamor pela construção de uma cultura de paz, e isto só é possível com o combate à desigualdade social, e com pleno conhecimento de que o estado de bem-estar depende, em grande parte, de uma sociedade que tenha acesso ao bem-estar.

A falta de comida no prato de milhões de brasileiros é tão grande quanto qualquer outra violência cotidiana, e não para somente ao acesso ao alimento, quando não incentivamos que nas escolas seja debatida a igualdade, o respeito entre homens e mulheres, nós estamos alimentando a violência doméstica.

Enquanto não fizermos a reforma agrária, estamos incentivando a violência no campo, quando não garantimos respeito aos povos originários, estamos permitindo que milhares de índios em todo o país, paguem com sua vida o preço de um progresso que nos leva a mais violência.

Portanto, o caminho para a segurança pública no Brasil passa pela promoção de uma cultura da paz, da reconciliação e da justiça, porque onde houver justiça não há espaço para violência, mas onde está arraigada toda e qualquer tipo de injustiça, aí desponta os mais diferentes sistemas de violência.

A estruturação da política e o fortalecimento do aparato de segurança sozinho, não colocam comida na mesa de quem precisa, e nem levam para a escola os jovens que se afastam dos estudos. Enquanto não combatermos os sintomas, continuaremos vivendo a doença da violência, e é esta que temos que superar, atacando na sua origem, buscando as causas e não ficar nos desdobramentos e nas conseqüências.

E nesse sentido concluo dizendo, de que no ano Laicato estamos sendo interpelados exatamente para criar uma cultura de paz, e ela só é possível se antes disso pudermos proporcionar uma condição de justiça a todas as camadas e relações sociais.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Obrigado pelas palavras deputado Padre Pedro Baldissera, falou com muita segurança, certeza e propriedade de quem conhece a nossa realidade brasileira. *[Degravação: Iago Zilli]*

Neste momento, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem à Campanha da Fraternidade 2018: "Fraternidade e a Superação da Violência".

Convido o primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina deputado Silvio Dreveck juntamente com o deputado estadual Padre Pedro Baldissera para fazer a entrega das homenagens.

A CNBB Regional Sul 4 é uma representação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Santa Catarina. Com 48 anos de presença em nosso estado, a igreja catarinense realiza e incentiva a Campanha da Fraternidade ao longo de todo o período quaresmal. Em comunhão com a CNBB nacional procura despertar às pessoas e na sociedade, o espírito de solidariedade, fraternidade e justiça, por meio de debates e ações concretas propostas pelas Campanhas da Fraternidade. Desta forma, convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor presidente da CNBB Regional Sul 4, Bispo Dom João Francisco Salm.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Peço ao reverendíssimo que permaneça à frente, por favor.

Dando continuidade à solenidade, o Parlamento catarinense presta homenagem às dioceses catarinenses pelo compromisso e dedicação de todos os párocos, clérigos e leigos da jurisdição em prol da Campanha da Fraternidade.

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Tubarão, Dom João Francisco Salm.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo seminarista da Arquidiocese de Joinville, Edmilson Conzati.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Caçador, Dom Severino Clasen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Chapecó, Dom Odellir José Magri.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Blumenau, Dom Rafael Biernaski.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Joaçaba, Dom Mário Marquez.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o seminarista da Diocese de Lages, Pablo Roberto de Oliveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Rio do Sul, Dom Onécimo Alberton.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o reverendíssimo senhor bispo da Diocese de Criciúma, Dom Jacinto Inácio Flach.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Parlamento catarinense fará entrega de certificados às instituições que contribuem para o fortalecimento dos ideais da Campanha da Fraternidade.

Convido para receber o certificado o senhor Valdir Gugiel, da Rede Marista de Solidariedade, e a educanda Maria Vitória Furtado.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora secretária estadual da Pastoral Carcerária do Regional Sul 4, Virgínia Maria de Oliveira.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora presidente da Rede de Desenvolvimento Comunitário Casa de Gente, Janaina de Liz.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor coordenador da Associação Vida Nueva, padre frei Rogério Rubick.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos - SC, a senhora Celina Duarte Rinaldi e o senhor Danilo Campo.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora secretária regional da Pastoral da Juventude do Regional Sul 4, Maristela de Oliveira Freitas.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor coordenador de finanças da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, Fetraf-SC, Marcos Rozar.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor coordenador da Pastoral O Migrante da Arquidiocese de Florianópolis, reverendo padre Sérgio Olivo Geremias.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor presidente do Instituto Catarinense de Juventude, Juliano Carrer.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado representando a Marcha Mundial das Mulheres, a senhora Marlete Oliveira.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora presidente da Cooperativa Comunicacional Sul-Desacato, Rosângela Bion de Assis.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando o Pró Comitê de Combate e Prevenção a Tortura, a senhora Missia Mesquita.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora presidente da União de Negros pela Igualdade - Unegro, Kaionara Aparecida dos Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando o Instituto Wilson Groh, o reverendo padre Wilson Groh.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora coordenadora técnica da Central de Penas e Medidas Alternativas, Wanderleia Maria Machado.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado, representando as irmãs da Fraternidade e Esperança de Santa Catarina, irmã Rosina Santina Parmigiani.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado representando o Instituto Arco-íris, a irmã Manuela Passo Martins.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas) [Degravação: Cinthia de Lucca]

Convido para receber o certificado, representando a Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, ACCT, a senhora Graziela Cristina Luiz Damacena Gabriel.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados pela entrega das homenagens.

Dando continuidade à solenidade, teremos uma apresentação cultural pelo jovem da Pastoral Juvenil Marista, Eliseu Alves.

O JOVEM ELISEU ALVES - Boa-noite a todos!

(Passa a ler.)

"Brasil está em estado de emergência, colocamos na UTI, mas está em decadência.

Está faltando sapiência, pensa.

Foco no lucro, parece não ter consciência desse ato desumano que escraviza tanta gente mano.

Não! Não, são capazes de admitir, tanta desigualdade que meu povo sofre por aqui, mas não vou me redimir,

Vou lutar, sou mais um filho de

Zumbi, mais um pantera bolado.

Vou vingar cada ancestral, que pelo senhor de engenho foi escravizado, esta é por cada preto que foi discriminado, limitado de sonhar, sua realidade torragem. Tem que ser forte para aguentar.

Queria ver vocês no meu lugar, diante de tanta dificuldade não matariam duas vezes

antes de traficar, então parem de me julgar. O mundo dá voltas e não sou eu que vou cobrar.

Cuidado com o carma.”

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Na sequência, ouviremos a execução do Hino da Campanha da Fraternidade 2018.

Muito obrigado!

(Procede-se à execução do hino.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra o senhor coordenador estadual da Pastoral Carcerária, da Regional Sul 4, padre Almir José Ramos.

O SR. PADRE ALMIR JOSÉ RAMOS - Caríssimo deputado Padre Pedro Baldissera, caríssimos demais deputados e demais componentes da mesa, caríssimos senhores bispos, padres, religiosos, religiosas, povo de Deus aqui presente, representantes das diversas pastorais e movimentos sociais, e também as diversas entidades que lutam pelo fim da violência.

Com o objetivo de construir a fraternidade promovendo a cultura da paz, da reconciliação e da justiça à luz da palavra de Deus, como caminho de superação da violência, a CNBB convida a todos nós, católicos, e também a sociedade e outros órgãos, outras igrejas, inclusive aqueles que quiserem somar a nós nesta campanha, para refletirmos juntos e buscarmos caminhos para a superação da violência.

Sabemos que, no Congresso Nacional vem ganhando fôlego propostas simplistas e potencialmente danosas para resolver o problema da violência. Destacam-se entre vários os projetos que pretendem aumentar a disponibilidade e o acesso às armas de fogo, ignorando os enormes avanços obtidos na redução da criminalidade, após entrar em vigor o estatuto do desarmamento. Outros projetos defendem a redução da idade penal, confundindo justiça com revanche da sociedade contra o criminoso, ao invés de se ocuparem com a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de buscar formas de inserir esses adolescentes e jovens em programas de educação, cultura e esporte, dentre outros.

Quando falamos de violência imediatamente nosso olhar se volta para dois espaços, ou melhor, para duas direções: as favelas e os presídios. No entanto, sabemos que estes dois espaços que erroneamente estão no imaginário popular como espaço de geração de violência, são lugares onde há menos violência do que em espaços que imaginamos serem locais de harmonia e paz. Os presídios e as favelas são espaços em que por diversas razões culturais, históricas e, acima de tudo, socioeconômica, são lugares de discriminação e exclusão. As pessoas que residem nestes espaços são muitas vezes rotuladas como geradoras de violência e, por isso, segregadas para manter a ordem e a paz, apesar de ser mais difícil caracterizar. A violência no Brasil está relacionada a modelos de organização e a práticas sociais que alcançam um nível institucional e sistemático de produção e perpetuação de modos de vida violentos.

Historicamente, o próprio estado brasileiro age, através dos séculos, de modo a reiterar situações geradoras de violência, sobretudo no que tange à desigualdade, à exclusão, à falta de investimento em saúde e educação, infraestrutura e outros serviços básicos podem ser, portanto, uma das principais raízes dessa forma de violência, com presumíveis repercussões na produção de casos de violência direta.

Da forma como a violência é tratada, sobretudo na mídia e pela mídia, torna-se fácil associar o quadro de violência no Brasil à atitude criminosa, em particular, ao tráfico de drogas. No entanto, estudos feitos a partir de inquéritos policiais mostram uma grande proporção de assassinatos cometidos por impulso ou por motivos fúteis, como ciúmes, desavenças entre vizinhos, desentendimentos no trânsito e outras formas de conflito.

A violência cultural opera de diferentes maneiras, naturaliza as desigualdades, inverte relações de causa e efeito, reduz ao silêncio as contradições da sociedade. Cria-se o imaginário social de acordo com o qual a violência direta e estrutural é tratada como consequência natural do mau procedimento das vítimas. A violência, portanto, deixa de ser vista como tal e passa a ser considerada como algo normal, para dar cobertura a essa desigualdade na forma como uma norma que afeta os cidadãos. E as leis, por vezes, são elaboradas de maneira abstrata e incompreensível. A violência no Brasil não é um fato pontual, desde o período colonial foi sendo constituído um arranjo social, no qual certas categorias de pessoas recebiam um tratamento melhor do que as outras.

Existem, hoje, no Congresso Nacional parlamentares identificados com segmentos econômicos e sociais fortemente interessados em propostas potencialmente geradoras de violência. Destacam-se principalmente as propostas que dificultam ou impedem a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e outros povos tradicionais, as que restringem a legislação ambiental e as que facilitam a liberação do uso de agrotóxicos, nestas e em diversas outras medidas prevalece o interesse do ganho econômico para pequenos grupos em detrimento do benefício de toda a população.

Encorajado pelo contexto econômico o governo brasileiro tem encaminhado várias reformas, boa parte delas têm dado mais importância ao mercado do que as pessoas. Outro fenômeno que caracteriza a política nos últimos anos é a criminalização dos movimentos sociais que têm pontos de vista diversos sobre as propostas que vem sendo aprovadas e a consequente retração nos direitos dos cidadãos. No que diz respeito às vítimas da violência, os números são alarmantes, porém mais alarmante ainda é perceber a violência atingir diretamente pessoas ou grupo de pessoas devido a sua cor, ou a sua raça, ou a sua condição social ou sua opção sexual, ou mesmo a sua origem.

Percebe-se, principalmente, uma crescente onda de violência com relação aos negros, às populações tradicionais como os indígenas e quilombolas e, também cresce, assustadoramente a violência contra a mulher, as crianças e os idosos. Outro grupo de

pessoas, constantemente ameaçados pela violência, são os imigrantes. Também, no que diz respeito à questão religiosa é muito forte a violência, principalmente, contra a religião de matriz africana. [Taquígrafa: Sílvia]

Por fim, um grupo bastante atacado é o grupo LGBT. O mapa da violência de 2016, a comparar os anos de 2003 a 2014, constata que houve uma queda de 26% das pessoas brancas que foram vítimas de homicídio por arma de fogo. Portanto, comparando estes números, o número de pessoas negras vitimadas dessa mesma forma cresceu 46%.

Entre os jovens também não é diferente, o número de jovens assassinados permeia de 1980 a 2014, em aproximadamente 50%, e a faixa etária gira em torno de 15 a 24 anos. Entra as vítimas predominam os homens, mas também há um aumento grande de assassinatos de mulheres, geralmente, os homicídios relacionados às mulheres acontecem nas suas casas e dos homens acontecem mais nas ruas.

O tráfico de pessoas também é outra forma de violência contra o ser humano. Pessoas que defendem este tipo de tráfico sofrem também igualmente as consequências da violência, como é o caso da irmã Marie Enriqueta Cavalcante, no Pará, uma religiosa que defende e busca salvar meninas vítimas da prostituição. Enfim, 75% das vítimas do tráfico de pessoas são mulheres.

Em face deste cenário o que se constata é o recrudescimento da violência no campo, com aumento exponencial das mortes e a prevalência da impunidade. Todas as mortes de violência no campo, mapeadas pela CPT, Comissão Pastoral da Terra tiveram aumento expressivo comparando os anos de 2015/2016.

Quanto à violência relacionada ao tráfico de drogas, a guerra às drogas, criminaliza os pequenos varejistas e o usuário, favorecendo os grandes empresários de drogas e o sistema financeiro internacional.

Além disso, o debate sobre as drogas, tem se centrado em questões de cunho moralista e preconceituoso, enquanto o álcool, substância que causa mais problemas, e custa muito dinheiro ao sistema de saúde público, é aceito e legalizado. Os usuários de outras drogas são estigmatizados e punidos. O resultado da guerra às drogas produziu em termos mundiais o incremento da indústria armamentista, mais mortes em conflitos entre policiais, usuários e traficantes, resultam em mais prisões, mais criminalização de extratos sociais empobrecidos.

O impacto do aprisionamento em massa decorrente do tráfico de drogas se tornou um problema mundial devido à guerra as drogas. Portanto, podemos dizer que os índices de dados superam de longe a ideia de que somente nas favelas, ou nas unidades prisionais se têm focos de violência.

No que diz respeito ao sistema prisional, o Brasil, ostenta, o nada honroso, terceiro lugar, com a maior população carcerária do mundo. São 715 mil pessoas, vivendo em situação de privação de liberdade. Nós estamos perdendo apenas para os Estados Unidos e a China. Ultrapassamos, recentemente, a Rússia.

Segundo, a Pastoral Carcerária, se os índices de aprisionamento continuar no ritmo em que estão em 50 anos, para cada 10 pessoas, uma pessoa será presa no Brasil. As prisões brasileiras, longe de serem espaços de ressocialização, mais parecem com masmorras medievais. Homens e mulheres estão enterrados vivos atrás daqueles muros altos. Lá dentro predominam as leis da cadeia: Mastratos, torturas, a falta de alimentação, de remédios, de assistência à saúde e de trabalho. São rotinas diárias do sistema prisional.

O sistema prisional brasileiro é um sistema falido. Temos um Poder Judiciário retrógrado, conservador, seletivo e cruel. Temos também os dados que são muito claros de que o encarceramento em massa está longe de diminuir a violência, ao invés de diminuir, só tende a aumentar cada vez mais. Dentro de 100 anos, talvez menos, quando as gerações futuras olharem para trás, elas sentirão vergonha da geração atual. Elas vão sentir vergonha de como nós tratamos os prisioneiros. Assim como, nós sentimos vergonha, talvez, dos campos de concentração, ou do período da escravidão.

E, olhando para o estado de Santa Catarina, que têm mais de 20 mil pessoas presas, nós percebemos que o estado precisa com urgência de defensores públicos, que está muito aquém da necessidade. Nós precisamos de menos presídios privatizados, que são um horror, principalmente, à Pastoral Carcerária. Precisamos, urgentemente, acabar com a revista vexatória, que é uma vergonha em Santa Catarina, ainda existir revista vexatória, onde os familiares dos presos precisam tirar as roupas e ficarem nus em cima de um espelho para poder adentrar no sistema prisional. Isso é uma humilhação terrível! A Pastoral Carcerária já protocolou na ONU, inclusive, pedido para que se acabe com isso no Brasil.

É preciso políticas públicas, sóbrias e robustas, mudanças estruturais para resolver o problema. Não vamos resolver a questão da violência construindo presídios e armando a população. É preciso construir escolas, dar oportunidades para que os jovens acessem o mercado de trabalho, ao esporte, o lazer e educação de qualidade. É preciso investir na justiça restaurativa, substituindo por esta justiça penal que aí está. É preciso investir nas penas e nas medidas alternativas, que tem dado certo aqui no estado.

No que diz respeito à saúde pública de qualidade, é outro problema sério em Santa Catarina, onde a violência é cometida diariamente, e ela pode ser sentida quando nós percorremos os corredores dos hospitais, de modo especial, o Hospital Regional de São José, o Hospital Governador Celso Ramos e o Hospital Universitário.

A sensação que temos quando adentramos nestas unidades, é que nós tivemos uma guerra e de que todos os feridos foram levados para aqueles ambientes, tanto as emergências, quanto os ambulatórios. Multidões de pessoas, diariamente, se deslocam de todas as regiões de Santa Catarina, a partir das 4h da manhã, os carros da saúde param na frente dos hospitais despejando pessoas, seres humanos, idosos,

deficientes físicos, crianças, gestantes, que ali ficam o dia inteiro largados esperando por uma consulta, que muitas vezes é desmarcada. Voltam na semana seguinte, e na semana seguinte é desmarcada, e voltam na próxima. E, assim passam dias, meses, até anos, nessa fila de espera. É uma violência terrível contra os seres humanos. Uma vergonha para um estado desenvolvido como Santa Catarina.

Outra forma de violência terrível que nós catarinenses enfrentamos todos os dias também, diz respeito ao trânsito, e nós sabemos disso quando adentramos na ilha de Santa Catarina, a ilha da magia. Temos que enfrentar este horror que é o trânsito de Santa Catarina, e nós temos ala inteira no Hospital Regional com acidentados de motos, por causa do trânsito. A culpa é deles? Talvez, sim! Mas, não só deles, é de quem é responsável para resolver o problema e não resolve. O trânsito caótico é uma luta diária pela sobrevivência nestes espaços.

Para resolver o problema na violência é necessário, sobretudo, vontade política e organização popular. Não podemos mais aceitar que jovens continuem morrendo vítimas do tráfico de drogas. Não podemos mais ficar calados diante de uma mídia, que ao invés de informar, desinforma. Que ao invés de ajudar construir paz é geradora de violência.

Não podemos mais aceitar a criminalização e perseguição dos movimentos e pastorais sociais. Não podemos mais conviver com tantas mortes no trânsito devido à ausência de planos audaciosos para resolver o caos nas estradas. Não, podemos mais conviver com a polícia militarizada. Nós temos no Brasil a polícia que mais morre fora do serviço e a polícia que mais mata, quando deveria proteger as pessoas na busca pela paz. Muito frequentemente, há uma ênfase, ao combate a violência direta, que se eliminada promoveria a paz. Destaca-se aqui, portanto, a importância do enfrentamento não somente da violência direta, mas das violências estruturais e culturais em busca de uma paz positiva e sustentável.

Por certo, a paz não será alcançada por mera obediência e submissão a normas, pelo medo das sanções a determinados comportamentos rechaçados, ou pela segregação de pessoas e grupos. É preciso construir uma sociedade que pautada na justiça deseje a paz.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para discorrer sobre o tema da Campanha da Fraternidade 2018, o reverendíssimo bispo, presidente da CNBB Regional Sul 4, Dom João Francisco Salm.

O REVERENDÍSSIMO BISPO DOM JOÃO FRANCISCO SALM - Srs. Deputados, Silvio Dreveck e Padre Pedro Baldissera; demais componentes da Mesa; senhor Arcebispo metropolitano Dom Wilson Tadeu Jönck; cumprimentar os demais bispos da nossa Regional Sul 4; senhor secretário executivo Padre Luciano dos Santos; os senhores padres, diáconos, religiosos e religiosas, seminaristas e demais autoridades; cristãos e cristãs leigos e leigas do Sol da Terra e Luz do Mundo.

O Regional Sul 4, da CNBB, se alegra e agradece pela homenagem que lhe é

prestada por esta Casa. Porém, mais do que por receber a homenagem o que conta aqui é o significado desta sessão neste local, tendo como motivo a Campanha da Fraternidade, sobretudo o seu clamor. A superação da violência, porque somos todos irmãos.

Reforço o argumento, "é porque somos todos irmãos"! E pela mesma razão, porque somos todos irmãos, neste local, não cabe outra coisa, motivação ou interesse, a não ser a fraterna preocupação com o bem comum. Ao falar de violência, vem-nos a lembrança apenas como exemplos a prática de agressões físicas contra pessoas, a intenção de fazê-las sofrer e até de matá-las.

Falando de violência pensamos no uso da força ou da intimidação moral contra quem quer que seja. O cerceamento da justiça e do direito coagindo e oprimindo os indefesos, o desrespeito à vida direto ou indiretamente, o modo irresponsável de como tratamos nossa casa comum, o meio ambiente, a violência está sempre pronta a manifestar-se desde formas muito sutis, como um gracejo, um comentário que ridiculariza e destrói até atos notoriamente hediondos. Mas, não nos esqueçamos da mentira, da informação falsa, da violência da língua, do mau uso de ferramentas poderosas como as redes sociais, do jogo e de práticas de interesses egoísticos. Também, a indiferença e a omissão podem ser terríveis e detestáveis.

O comportamento humano muitas vezes nos deixa perplexos. [Degração: Taquígrafa Cida]

O homem, que é capaz de dar a vida em lugar de um pai de família condenado a morrer de fome, ao mesmo tempo, é capaz de construir máquinas de matar e destruir sem dó nem piedade. Assim a violência, ser humano contra ser humano, nos põe, dentre tantas, uma pergunta inevitável: Quem é o homem?

Depois de experimentar as atrocidades da guerra e o caos trágico dos campos de concentração de Auschwitz e Dachau, no dia 25 de março de 1949, em Viena, Viktor Frankl, faz esta indagação: Quem é o homem? E ele mesmo comenta: Nós o conhecemos do campo de concentração, onde tudo que não lhe era essencial foi jogado fora. Sobrou o que ele não pode ter, mas o que deve ser. O que ficou foi o próprio homem em sua essência, queimado na dor, dissolvido pelo sofrimento, o elemento humano em sua quinta-essência. Em seguida, ele responde: O homem é a criatura que inventou a câmara de gás, mas, ao mesmo tempo, é a criatura que foi para a câmara de gás de cabeça erguida, rezando o Pai Nosso, ou com uma prece dos judeus nos lábios. Também isto é o homem.

Mas, na *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco faz uma pergunta instigante: Quais são as pessoas que, no mundo atual, se preocupam mais com gerar processos que construam um povo, do que como ter resultados imediatos que produzem ganhos políticos fáceis, rápidos e efêmeros, mas que não constroem plenitude humana?

Pois bem, estamos aqui neste areópago, revestido de tanto simbolismo, espaço de tantas discussões entre representantes do povo por ele eleitos, e por ele

incumbidos de buscarem o bem comum por meio de políticas públicas e a qualquer preço, porém sempre com honestidade, promovendo a cultura da justiça, da reconciliação e da paz. Cheios de esperança, juntemos então, todos nós, as forças que temos, no empenho por gerar processos que superem a violência, que promovam um mundo melhor, uma sociedade justa e fraterna, um tempo novo.

A violência é um flagelo que nos envergonha demais, o esforço por superá-la, porque somos todos irmãos, constrói fraternidade, enche-nos daquela luz que dá sentido à vida, que permite ver e distinguir caminhos, seguir em frente, transformando-nos em homens e mulheres novos, cujo modelo é, para nós cristãos, Cristo que superou a morte.

Ao Parlamento catarinense, e a todos vocês que aqui vieram e que se empenham na superação da violência.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - A Assembleia Legislativa sente-se honrada, e reconhece esta sessão especial proposta pelo colega deputado Padre Pedro Baldissera, oportunidade em que, como acabou de dizer o bispo Dom João Francisco com muita sabedoria, nós atravessamos esta violência, essa inversão de valores que cada dia avança mais. E certamente, esta Campanha da Fraternidade vai pelo menos amenizar, e quero crer que muitas pessoas poderão refletir o que representa para cada um de nós, no momento em que devemos dar a nossa contribuição.

Todos que nos antecederam falaram com muita propriedade da falta de políticas públicas, mas acredito que a Igreja, com sua inteligência, com o seu preparo que tem na formação de todos os religiosos, vai despertar a atenção especial para todos os brasileiros. E

nós, em Santa Catarina, não poderíamos deixar de reconhecer o grande trabalho que é feito pela CNBB, e não poderia ser mais do que oportuno, esta decisão da Campanha da Fraternidade: Superação à Violência. Todos Somos Irmãos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Antes de fazer o encerramento, gostaria de passar a palavra ao deputado Padre Pedro Baldissera, para fazer alguns esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Não poderia deixar de registrar a presença do vereador da capital, o Marquito, saudando-o e desejando uma boa estada entre nós.

Mas não poderia deixar de registrar, de maneira especial, de uma atividade como esta, que nós estamos aqui realizando, o falecimento do nosso irmão de caminhada de igreja, o padre Luiz Fachini. Aliás, a ausência do bispo de Joinville se justifica exatamente pela passagem do acontecimento.

E quando nós aqui estamos evidenciando o tema do combate à violência, eu acredito que a figura do padre Luiz Fachini nos reporta também, através da sua ação prática, do seu envolvimento enquanto cidadão, pois tem dado um testemunho muito forte, muito grande, marcante, para todos nós, irmãos e irmãs, filhos e filhas.

Então, este reconhecimento a toda sua dedicação, ao seu trabalho, dizer também que o velório do padre Fachini será na Paróquia Cristo Ressuscitado, à Rua Guararapes, n. 100, Bairro Floresta, e a missa de corpo presente será no dia seis de março, a partir das 16h, na Catedral Diocesana de Joinville.

Então, aqui fica o registro, a nossa solidariedade a toda Diocese de Joinville e da igreja, igreja povo de Deus, a qual ele tem tido um trabalho exemplar, e que ele possa celebrar a sua Páscoa definitiva junto ao Cristo

Ressuscitado, que nos apela e nos interpela a superar todo e qualquer tipo de injustiça e, portanto, superando as injustiças, nos estaremos superando a situação de violência que está presente em todas as dimensões da sociedade.

Também, ao mesmo tempo, nós temos uma importante exposição no hall desta Casa, promovida pelo Gapa, de Chapecó, que vai até dia 16 de março, retratando a violência contra a mulher, cujo tema é Um Olhar Anterior, um desafio que nos é proposto.

Também a nossa gratidão a todos vocês que aqui compareceram a esta sessão especial, os religiosos, as religiosas, diáconos, seminaristas, as estudantes que se preparam para serem irmãs, os nossos padres, e de maneira especial, aos bispos, que estão num encontro em nível de Regional Sul-4, mas que aqui estão presentes, enriquecendo ainda mais esta atividade do Parlamento.

Então, que todos vocês voltem para casa, com alegria, com força, e revestidos de esperança, porque os desafios continuam. Nós temos que nos immanar para que possamos sair vitoriosos deste processo todo, como nos alega e nos diz o lema da Campanha da Fraternidade: Vós sois todos Irmãos. Todos somos Irmãos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Senhoras e senhores, a Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Degravação: Taquígrafa Sara] - [Revisão: Taquígrafa Ana Maria].

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009-DL, de 2018

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, ALTERA o Ato da Presidência nº 031-DL, de 31 de outubro de 2017.

Substitui o Deputado Aldo Schneider pelo Deputado Fernando Coruja na Comissão Especial constituída com a finalidade de alterar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de fevereiro de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER**

Presidente

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 005-DL, de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 51, § 6º, da Constituição do Estado e com o art. 316, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória nº 216, de 2017, que "Institui o Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF) e estabelece outras providências".

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de março de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente

Deputada Dirce Heiderscheidt - 2ª Secretária

Deputado Maurício Eskudlar - 4º Secretário

ATO DA MESA Nº 006-DL, de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gabriel Ribeiro para ausentar-se do País, no período de 9 a 13 de março do corrente ano, a fim de viajar a Buenos Aires, Argentina, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 9 de março de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente

Deputada Dirce Heiderscheidt - 2ª Secretária

Deputado Maurício Eskudlar - 4º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

Ofício nº 035/2018

Florianópolis, 09 de março de 2018.

Senhor Presidente

Aldo Schneider

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC

Assunto: Viagem Internacional.

Senhor Presidente,

De ordem do Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, vimos mediante este, em respeito ao disposto no art. 50 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, informar que o Deputado Gabriel Ribeiro estará em viagem para a cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 09 a 13 de março do corrente ano, por motivos pessoais.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Emiliano Ramos Branco Neto
Chefe de Gabinete

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/18

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, § 2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para abertura do envelope que será realizado no dia 27/03/2018, na Diretoria de Comunicação Social às 14h, para Produção de Cenários para a Redação ALESC, conforme projeto apresentado/ detalhado pela agência, considerando:

Cenário1: Parede A) Mapa de SC em ACM KYNAR Madeira (com espaçadores, iluminação em LED IP 65, 8.000K, com transformador) + pintura desta parede

Parede B) 5 Pins das redes sociais + @assembleiasc em acrílico branco leitoso 20mm adesivados, pinados na parede.

Cenário2: Logo da TVAL + RádioAL + AgênciaAL em acrílico branco leitoso 20mm, pinadas na parede + aplicação de jardim vertical artificial + pintura da coluna.

Cenário 3: Logo da TVAL + RádioAL + AgênciaAL em acrílico branco leitoso 20mm, pinadas + cortina automatizada cenografica, com lona fosca anti-chama.

Aplicação de jardim vertical artificial com adesivo de fundo + Produção das palavras "Assessoria de comunicação" em Letra Caixa em Acrílico Leitoso (Branco) 20mm com corte em houter, adesivo no verso para cobrir a cola.

Maiores informações entrar em contato com Flávio Jacques Agência Marcca, fone: (48) 3333 1555

Florianópolis, 12 de março 2018.

ThamySoligo

Diretora de Comunicação Social

* * *

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, com amparo no § 1º do artigo 123 do Regimento Interno; e de acordo com o Ato da Presidência nº 002-DL, de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Direitos Humanos, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados: Marcos Vieira, Dirceu Dresch, Mauro de Nadal, Fernando Coruja, Cesar Valduga. Em cumprimento ao Regimento Interno, o senhor Presidente Deputado Marcos Vieira abriu inscrição para os cargos de Presidente e Vice Presidente da Comissão. Foi apresentada a indicação do Senhor Deputado Fernando Coruja e do Senhor Deputado Dirceu Dresch. Na sequência da votação, o Senhor Presidente declarou-os eleitos, respectivamente, por unanimidade. Após eleição, o senhor Deputado Fernando Coruja assumiu a Presidência dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência e abriu a palavra para livre manifestação dos membros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Jorge Luiz Biella Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e membros e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Fernando Coruja

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Deputado Dirceu Dresch - Vice Presidente

Deputado Marcos Vieira - Membro

Deputado Nilso Berlanda - Membro

Deputado Mauro de Nadal - Membro

Deputado Dalmo Claro - Membro

Deputado Cesar Valduga - Membro

* * *

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às dez horas e quinze minutos, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Deputado Fernando Coruja, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Mauro de Nadal, Marcos Vieira e Cesar Valduga. Em cumprimento ao Regimento Interno, o senhor Deputado Fernando Coruja agradeceu aos senhores Deputados pela presença e submeteu à apreciação o requerimento apresentado pelo senhor Deputado Dirceu Dresch, atendo proposição da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa para realização de Audiência Pública que debaterá o "Compromisso pela assinatura e implementação do Pacto Estadual Maria da Penha", a ser realizada no dia 07 de Março, às 10 horas, no Auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Jorge Luiz Biella, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e membros e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Fernando Coruja

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

* * *

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCOSUL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, às 13:30 horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, com amparo no § 1º do artigo 123 do Regimento Interno; e de acordo com o Ato da Presidência nº 005-DL, de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e Mercosul, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados: Rodrigo Minotto, Neodi Saretta, Manoel Mota e Valmir Comin. Em cumprimento ao Regimento Interno, o senhor Presidente abriu inscrição para os cargos de Presidente e Vice Presidente da Comissão. Foi apresentada a indicação do Senhor Deputado Rodrigo Minotto e do Senhor Deputado Neodi Saretta. Na sequência da votação, o Senhor Presidente declarou-os eleitos, respectivamente, por unanimidade. Após eleição, o senhor Deputado Rodrigo Minotto assumiu a Presidência dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência e abriu a palavra para livre manifestação dos membros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Meibel Parmeggiani Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e membros e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Rodrigo Minotto - Membro

Deputado Neodi Saretta - Membro

Deputado Manoel Mota - Membro

Deputado Valmir Comin - Membro

* * *

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Serafim Venzon, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público,

referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: **Altair Silva, Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Jean Kuhlmann, Cesar Valduga, Manoel Mota e Serafim Venzon**. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação as Atas da 21ª Reunião Ordinária e da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizadas nos dias 12 e 13 de dezembro do corrente ano, respectivamente, que foram aprovadas por unanimidade. Dando prosseguimento o Senhor Presidente solicitou que os relatores apresentassem suas demandas e obedecendo a ordem de chegada passou à palavra aos relatores: Ao **Senhor Deputado Altair Silva** que passou a relatar o **PL./0516.2/2017** - que “Declara de utilidade pública a Associação Educacional do Bem Estar Animal de Porto Belo - Anjos de Patas, de Porto Belo”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. O **PL./0358.6/2016** - que Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço D’Oeste”, exarando parecer pela aprovação, nos termos da **Emenda Substitutiva Global de fls. 46**. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Ao Deputado Dirceu Dresch, que passou a relatar o **PL./0382.6/2017** - que “Declara de utilidade pública o Grupo de Teatro Amador Temporá, de Caçador”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Ao **Deputado Jean Kuhlmann** que passou a relatar o **PL./0382.6/2016** - que “Cria a Política Estadual Nova Chance, dispondo sobre a obrigatoriedade da reserva das vagas para admissão de apenados, bem como de egressos do sistema penitenciário nas contratações de obras e serviços pelo Estado de Santa Catarina e adota outras providências”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Ao **Deputado Cesar Valduga** que passou a relatar o **PL./0372.4/2017** - que “Declara de utilidade pública a Associação Cultural Alemã de Pinhalzinho”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. O **PL./0274.3/2017** - que “Declara de utilidade pública a Sociedade Concordeense de Ajuda e Proteção Animal (COM ANIMAL), de Concórdia”, exarando parecer pela aprovação, com **emenda substitutiva global**. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Ao **Deputado Manoel Mota** que passou a relatar o **PL./0513.0/2017** - que “Declara de utilidade pública a Associação Mão Amiga - Terapia e Recuperação (AMATRE), de Laguna”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Ao **PL./0285.6/2017** - que “Declara de utilidade pública a Associação São Francisco de Assis (ASFA), de São Pedro de Alcântara”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Por fim o senhor Presidente, **Deputado Serafim Venzon**, passou a relatar o **PLC/0047.0/2017** - que “Altera a Lei Complementar nº 453, de 2009, que institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e adota outras providências; a Lei nº 16.772, de 2015, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito do Instituto Geral de Perícias (IGP) e estabelece outras providências; e a Lei nº 16.774, de 2015, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”, exarando parecer pela aprovação, nos termos do projeto original. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por maioria, com voto contrário do **Deputado Altair Silva** e abstenção do **Deputado Dirceu Dresch**. O **PL 0181.0/2017** - que “Concede o título de cidadão catarinense a José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. O **PL./0547.9/2017** - que “Declara de utilidade pública a Casa de Apoio as Pessoas com Câncer Maria Tereza, Filial de Lages”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Na sequência, após acordo entre os membros, a reunião foi suspensa para que outros processos que estão em tramitação na Casa pudessem ser analisados pela Comissão antes do recesso. Na oportunidade os membros foram convocados a retomar a sessão no dia vinte de dezembro do corrente, às treze horas no Plenarinho da ALESC. Ato contínuo, a reunião foi retomada no local e hora agendada. Foram

registrada a presença dos mesmos deputados já listados no dia anterior, porém o Deputado Jean Kuhlmann através de ofício justificou a sua ausência, indicando como substituto o Deputado Gabriel Ribeiro. Por conseguinte, o Senhor Presidente passou a relatar os seguintes projetos: **PL./0017.0/2017** que “Dispõe sobre a transmissão ao vivo, por meio da internet, no Portal da Transparência, dos processos licitatórios realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina”, exarando parecer pela aprovação nos termos da **Emenda Modificativa**. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. O **PL./0493.1/2017** que “Dispõe sobre valores mínimos de recolhimento em documento de arrecadação e estabelece outras providências”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por unanimidade. Por fim, o **PL./0102.6/2017** que “Dispõe sobre a conversão de licença-prêmio e de saldo de férias dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina em pecúnia e adota outras providências”, exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação. Restou aprovado por maioria de votos, com voto contrário do **Deputado Altair Silva** e abstenção do **Dirceu Dresch**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, secretário da Comissão, Jero dos Passos Espíndola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon
Presidente

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos vinte um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às onze horas, no plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright, sob a Presidência do Senhor Deputado Serafim Venzon, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Serafim Venzon, Dirceu Dresch, Fernando Coruja, Jean Kuhlmann, Manoel Mota. O Senhor Deputado Valmir Comin substituiu o Senhor Deputado Altair Silva. O Senhor deputado Cesar Valduga apresentou justificativa através de Ofício. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o **Senhor Presidente, Deputado Serafim Venzon**, passou a relatar o **PLC/0001.8/2018** - que “Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências”, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, secretário da Comissão, Jero dos Passos Espíndola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon
Presidente

EXTRATO

EXTRATO Nº 030/2018

REFERENTE: Contrato CL nº 003/2018-00, celebrado em 27/02/2018.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Trabalho Construtora Ltda.
OBJETO: O presente contrato tem por finalidade contratação de serviços voltados à *elaboração de projetos arquitetônicos e complementares visando à reforma com restauração do prédio da antiga Escola Antonieta de Barros*.
VALOR GLOBAL: R\$ 159.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Ato da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Termo de Cessão de Uso nº 006 de

30/03/2017; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 96 de 29/08/2017 e; Edital do Pregão Presencial nº 001 de 08/02/2018. Florianópolis/SC, 13 de março de 2018
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
 Flávio Leão Lemberg- Procurador

* * *

OFÍCIO

**Estado de Santa Catarina
 Gabinete do Governador**

Ofício GABGOV nº 25/2018 Florianópolis, 6 de março de 2018
 Excelentíssimo Senhor

Deputado ALDO SCHNEIDER

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310
 88020-900 Florianópolis/SC

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informar que o Deputado Estadual Maurício Eskudlark será o vice-Líder do Governo nesse Parlamento Catarinense.

Atenciosamente,

Eduardo Pinho Moreira
 Governador do Estado,
 em exercício

Lido no Expediente
 Sessão de 13/03/18

* * *

PORTARIAS

PORTARIA Nº 398, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 12 de março de 2018.

Gabinete do Deputado Gelson Merisio

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
3365	ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW	CHAPECÓ
5583	CARMEN ROSA JAGNOW	CHAPECÓ

Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 399, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que o servidor **MARIO CARLOS GOULART**, matrícula nº 2776, designado pelo respectivo Deputado, é o responsável pelo Gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores internos e externos.

Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 400, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR no DCS - Coordenadoria de TV, **SUELEN CLAUDETE COSTA** matrícula nº 966.719-9-1, servidora da Secretaria de Estado da Saúde, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pela Ato nº 421, de 28 de fevereiro de 2018, sob a égide do Termo de Convênio nº 1546/2015, a contar de 08 de março de 2018.
 Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 401, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR no CGP - Escola do Legislativo, **LUCIANA FARIA FACHINI** matrícula nº 958134-0-1, servidora da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pela Ato nº 424, de 28 de fevereiro de 2018, sob a égide do Termo de Convênio nº 1546/2015, a contar de 09 de março de 2018.

Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 402, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CLEOMAR WEBER KUHN**, matrícula nº 8717, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Março de 2018 (Liderança do PMDB).

Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 403, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **BEATRIZ LOPES MALLMANN**, matrícula nº 8361, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Março de 2018 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 404, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALVAI MANOEL PEREIRA**, matrícula nº 2600, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-85, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Março de 2018 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Antonio Blofeld
 Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 405, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES, matrícula nº 5191, de PL/GAB-28 para o PL/GAB-30, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Março de 2018 (Gab Dep Darci de Matos)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 406, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SINESIO CARLOS KOERICH, matrícula nº 8414, de PL/GAB-02 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Março de 2018 (Gab Dep Antônio Aguiar)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 407, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RAULINO SCHUTZE, matrícula nº 5588, de PL/GAB-85 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Março de 2018 (Gab Dep Jean Kuhlmann)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 408, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MANOEL VIANA DE SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta - Imarui).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 409, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR RAQUEL DE SOUZA PHILIPPI, matrícula nº 5407, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 410, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR AMARILDO JOSÉ MOSER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann - Apiúna).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 411, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GILSON RODRIGO SOARES JUNIOR, matrícula nº 7014, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Março de 2018 (Gab Dep Serafim Venzon)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 412, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ELISETE SAVIO, matrícula nº 7705, de PL/GAB-63 para o PL/GAB-62, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Março de 2018 (Gab Dep Serafim Venzon)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 413, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, de PL/GAB-89 para o PL/GAB-90, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Março de 2018 (Gab Dep Maurício Eskudlark) Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 414, de 13 de março de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR GABRIELA GOMES MARTINS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0059.9/2018.**

Dispõe sobre a contratação de Vigilância Armada 24 horas nas Agências Bancárias Públicas e Privadas e nas Cooperativas de Crédito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam as Agências Bancárias Públicas e Privadas e as Cooperativas de Crédito do Estado de Santa Catarina obrigadas a contratar Vigilância Armada, diuturnamente, perfazendo às 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

§ 1º - Os vigilantes de que trata o caput deste artigo, deverão permanecer no interior da instituição bancária, em local seguro para que possam se proteger em função de sinistro num período de 24 (vinte e quatro) horas, de posse do botão de pânico e terminal telefônico para possível acionamento rápido policial.

§ 2º - O botão de pânico citado no § 1º deverá bipar a Sala de Operação da polícia militar do Estado de Santa Catarina, além do vigilante dispor de um dispositivo para acionar sirene de alto volume no lado externo da agência bancária, chamando atenção de transeuntes e afastando delinquentes, de forma preventiva a cada acionamento.

Art. 2º Conceitua-se vigilante as pessoas adequadamente preparadas, com curso de formação para o ofício, devidamente regulamentado pela legislação pertinente.

Art. 3º O descumprimento do disposto na presente Lei acarretará ao estabelecimento infrator multa diária de 5.000,00 (cinco mil reais), com aplicação em dobro no caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implantação do disposto nesta Lei, prevendo-se, o órgão responsável pelas providências administrativas e de fiscalização.

Art. 5º As agências Bancárias e Cooperativas têm 90 (noventa) dias para se adequarem à presente legislação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente
Sessão de 13/03/18

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por finalidade estabelecer a obrigatoriedade da manutenção de serviços de segurança privada prestados por profissionais dessa área em situação regular, de forma ininterrupta durante as 24 horas do dia, nas áreas destinadas aos caixas eletrônicos das Instituições Financeiras e/ou Crédito.

A fragilidade do sistema de segurança bancária, especialmente no que diz respeito à preservação da vida e da saúde, expõe os bancários, seus familiares, clientes e transeuntes das proximidades a risco de morte, tramas, marcas e sequelas, que poderão refletir futuramente sobre a saúde física e mental de quem se torna vítima da violência.

Além disso, o lucro em assaltos a caixas eletrônicos acaba sendo o mesmo dos bancos e o risco na ação é bem menor. Para evitar assaltos, os bancos têm evitado ficar com muito dinheiro nas agências.

Esse tipo de ataque oferece menos risco para os ladrões, porque eles costumam agir de madrugada ou em feriados e finais de semana, quando o movimento de pessoas é menor.

A segurança dos caixas, que é feita com câmeras e alarmes, se revela muito frágil porque os mesmos são danificados.

Faz-se necessário o estabelecimento de uma política de normas e rotinas de segurança, que valorize a vida acima de tudo e preconize a execução dos demais serviços de maneira segura e responsável, respeitando e preservando a integridade física das pessoas, a continuidade operacional e o patrimônio.

Assim a responsabilidade pela atividade de segurança privada e a consequente elaboração e operação do respectivo plano de segurança recai sobre quem detém poder para estabelecer a política, as normas e as rotinas de segurança.

O respaldo para atuação da segurança privada está calcado na legitimidade de toda pessoa, física ou jurídica, de proteger a si e a seus bens. E no poder que a administração (privada ou empresarial) tem de disciplinar e ordenar o caminho para alcançar seus objetivos. Este poder, limitado pela lei e circunscrito à área de domínio da pessoa (física ou jurídica), é similar ao poder de policial do Estado.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares, solicitando a aprovação da presente proposição, que tem o objetivo de proteger os usuários, consumidores, funcionários e proprietários que utilizam ou proporcionam os serviços acima descritos.

Ante o exposto, se faz meritório declarar como integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Festa da Gastronomia Típica Italiana do município de Nova Veneza.

Dessa forma, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação desta proposta legislativa de interesse público.

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0060.2/2018

Assegura recursos para o Programa de Prevenção e Reabilitação de Doenças Crônicas não transmissíveis.

Art. 1º Fica assegurado 1% (um por cento) do orçamento anual da Secretaria de Estado da Saúde para Projetos de Prevenção de Doenças Crônicas não transmissíveis nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

Lido no Expediente
Sessão de 13/03/18

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora proponho tem por objetivo concorrer para a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses pois dá melhor destinação aos escassos recursos da área de saúde, por meio de sua aplicação em prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares, oncológicas, diabetes e decorrentes de obesidade.

Por meio dessa iniciativa, ficará reservado para esta atividade de prevenção pouco mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) por ano. Sendo bem aplicada tal verba, o Estado economizará posteriormente, pois serão prevenidas uma série de doenças vindouras.

Assim sendo, peço aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

Deputado João Amin

* * *